

INCLUSÃO E AUTISMO: DIÁLOGOS DE PROFESSORES EM SEU FAZER PEDAGÓGICO DIÁRIO

Jefferson Ricardo Balbino de Mendonça ¹
Maria Cristina Cavalcanti Araújo ²

RESUMO

A inclusão é um termo que destaca em seu significado a premissa de integrar plenamente cada indivíduo e a escola desempenha um papel crucial ao promover a interação entre pessoas com diferentes crenças, valores e culturas. Isso enriquece a aprendizagem e promove a conduta cidadã. O artigo aborda a inclusão de crianças autistas na Educação Básica e como os professores abordam o tema na prática pedagógica diária. A Metodologia utilizada inclui pesquisa de campo em uma escola da Educação Básica e uma revisão bibliográfica que fundamenta a atuação do professor numa perspectiva inclusiva. Por meio de uma abordagem qualitativa, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas para estimular a reflexão dos professores sobre inclusão e, especificamente sobre o Transtorno do Espectro Autista. A pesquisa adotou uma abordagem interpretativa conforme os teóricos estudados. Os resultados revelam que os professores compreendem a inclusão escolar, mas apontam a necessidade de mais tempo de estudo para se aprofundar no tema, devido a carga horária de trabalho. Eles ressaltam a importância de um ensino que considere as habilidades individuais de cada estudante e uso adequado dos recursos disponíveis. Certamente, a busca pelo conhecimento e formas alternativas de aprendizagem são avanços para que a inclusão aconteça de maneira prática, pois a escola é um espaço que é meu, é seu e é nosso.

Palavras-chave: Inclusão; autismo, professores; espaços de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema amplamente debatido, pois a abordagem inclusiva é uma parte essencial do trabalho dos professores e de todos os profissionais que fazem parte do ambiente escolar. Este conceito ultrapassa a mera presença física na sala de aula; procura-se uma integração genuína que valorize e respeite a diversidade de crenças, valores e culturas dos alunos. Neste cenário, a inclusão não é apenas uma responsabilidade dos professores, mas de todos os profissionais que fazem parte do ambiente escolar.

O termo inclusão nem sempre foi abordado de maneira clara, ao longo da história, observamos situações de segregação e exclusão social que foram superadas graças às reivindicações da sociedade. Dessa forma, esse estudo tem como objetivo

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, j.mendonca@escolar.ifrn.edu.br;

² Doutora em Engenharia dos Recursos Naturais pela da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, cristina.cavalcanti@escolar.ifrn.edu.br.

apresentar discussões sobre a inclusão de estudantes autistas na escola e como os professores abordam esse assunto em sua prática pedagógica diária. Para isso, recorreremos à pesquisa bibliográfica e à aplicação de questionários abertos e fechados.

Acreditando no potencial de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes autistas, é viável implementar uma estratégia de busca de conhecimento. Isso pode ajudar os educadores a promover práticas inclusivas que contribuam para as atividades pedagógicas em ambientes de aprendizagem.

O artigo traz a história da educação inclusiva, convidando o leitor a refletir sobre o decorrer da história. Em seguida, destaca a definição do autismo e a importância dos estudos de Leo Kanner nessa descoberta contínua, que ainda é objeto de investigação. Posteriormente, aborda a inclusão de alunos autistas na escola e a maneira como os professores lidam com esse tema em seu trabalho.

METODOLOGIA

Esse estudo foi conduzido por meio de pesquisa de campo, e permitiu avançar em direção aos objetivos que foram estabelecidos e engajar em diversas discussões ao longo dos estudos. Conforme Severino (2007, p. 23): “Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim, diretamente observados sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”. A proximidade com o objeto de estudo proporciona uma compreensão mais profunda e detalhada do tema investigado.

Além disso, utilizamos a pesquisa bibliográfica, que é essencial para complementar a investigação. De acordo com Gil (2022, p. 44) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos”. Através da pesquisa bibliográfica, conseguimos integrar teoria e prática ao longo das discussões, enriquecendo a análise e fundamentando nossas observações.

Aplicamos questionários abertos e fechados a três professores de Geografia que atuam em uma escola da educação básica para investigar a inclusão de estudantes autistas. O único critério de participar da pesquisa foi pelo menos dois anos experiência como professor na educação básica. Os professores forneceram informações no questionário sobre sua compreensão da inclusão em suas práticas pedagógicas diárias.

A abordagem qualitativa utilizada permite uma análise mais aprofundada dos dados. Como observa Minayo afirma que:

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientista sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (Minayo, 2003, p. 22)

Ao adotar uma abordagem qualitativa neste trabalho, foi possível fazer uma análise detalhada dos dados coletados, interpretando-os com base nas concepções dos teóricos citados.

BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva pode ser dividida em dois períodos. O primeiro, denominado pré-científico, é caracterizado pela execução e segregação institucionalizada de pessoas com deficiência, que eram frequentemente confinadas em asilos administrados pela Igreja Católica, a qual tinha suas próprias concepções sobre o assunto. No segundo período, o científico, iniciado no século XIX, começa-se a compreender a educação inclusiva sob uma perspectiva social (Fernandes, 2007).

Pessoas com necessidades especiais eram completamente excluídas e não tinham acesso a uma educação de qualidade, vivenciando um processo de exclusão total. Durante a Idade Média, essas pessoas eram frequentemente consideradas incapazes e rotuladas como doentes (FACION; MATTOS, 2009).

Pessoas com algum tipo de deficiência eram tratadas em instituições especializadas, cujo objetivo era tratar suas patologias. Apesar de muitas dificuldades enfrentadas, começaram a surgir locais específicos para cuidar dessas pessoas (Mineto, 2010).

Durante o paradigma da integração, que buscava incluir crianças com deficiência nas escolas, a responsabilidade pela adaptação recaía sobre os próprios estudantes, que tinham que se ajustar à realidade do contexto escolar. Conseqüentemente, havia pouca preocupação em garantir a qualidade do ensino oferecido a esses alunos (Mineto, 2010). Para aprofundar a discussão sobre esse tema, Cunha afirma que:

[..] As ações da sociedade para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais tornaram-se mais visíveis a partir da segunda metade do século XX. Anteriormente, o ensino especializado era ministrado em escolas

ou classes especiais para as crianças e os jovens que não podiam ter acesso à escola comum, pois acreditavam que eles não conseguiriam avançar no processo educacional [...] (CUNHA, 2016, p. 33).

O autor indica que, no passado, havia uma tendência de separar e isolar os alunos, mas a segunda metade do século XX marcou o início de um movimento mais visível e intencional em direção à inclusão. Isso reconhece que todos os alunos têm o direito de participar plenamente do ambiente escolar comum, independentemente de suas necessidades. Isso ressalta a importância de superar preconceitos e barreiras que restringiam as oportunidades educacionais, promovendo uma abordagem mais equitativa e inclusiva na educação.

Atualmente, podemos observar diversos avanços e conquistas que ocorreram ao longo do tempo, muitos dos quais foram resultado de reivindicações persistentes da sociedade. Um marco importante nesse progresso é a Constituição de 1988, que, em seu artigo 206, inciso I, garante a todas as pessoas “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Assim, a Constituição de 1988 estabelece que toda criança tem o direito e o dever de ser inserida no ambiente escolar.

A Declaração de Salamanca, realizada em junho de 1994, foi uma conferência sobre educação especial que contou com a participação de 88 governos e 25 organizações internacionais, reunidos para promover a construção de uma sociedade inclusiva. Esse documento afirma: “Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de agir e manter o nível adequado de aprendizagem” (UNESCO, Declaração de Salamanca, 1996). O Direito da criança à educação é enfatizado como uma obrigação essencial para o desenvolvimento de suas potencialidades e para a construção de sua cidadania.

Todos os direitos das pessoas com deficiência estão assegurados no Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma lei promulgada em 2015. Em seu Art 4º, o estatuto estabelece que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015). Essa lei ressalta a importância de garantir equidade nos espaços de convivência, assegurando que a pessoa com deficiência seja respeitada e tratada com dignidade.

Além disso, a Política Nacional de Educação Inclusiva, implementada no em 2007, defende o direito de todos a uma educação de qualidade. Essa política reforça que é essencial proporcionar oportunidades educacionais que promovam a socialização e

inclusão social, assegurando que todos os indivíduos possam participar plenamente na sociedade.

CONCEITUANDO O AUTISMO

Segundo Williams e Wright “o Distúrbios do Espectro do Autismo (Autistic Spectrum Disorder – ASD) é um distúrbio do desenvolvimento que normalmente surge nos primeiros três anos de vida da criança” (WILLIAMS; WRIGHT, 2008, p. 8). Crianças com autismo enfrentam dificuldades significativas em relação à socialização, como estabelecer laços de amizade com outras crianças. A escola representa o primeiro contato dessas crianças com outras pessoas fora de seu ambiente familiar. No entanto, o comportamento das crianças autistas é muitas vezes mal interpretado por outras pessoas como sendo rebeldia. Cunha ressalta que:

O termo Autismo origina-se do grego autós, que significa “de si mesmo”. Foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Bleuler, em 1911, que buscava descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia. O autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimento na comunicação, dificuldade na interação social e atividade restrito-repetitivas (CUNHA, 2017, p. 20)

A afirmação explora a origem e o significado do termo "autismo," destacando suas raízes etimológicas e históricas, de um conceito associado à esquizofrenia para um diagnóstico distinto com características próprias. Essa origem do termo também é significativa porque reflete uma compreensão inicial do autismo como uma forma de desconexão social, que era observada em um grupo específico de comportamentos.

Além disso, Cunha (2017) afirma que Leo Kanner, psiquiatra austríaco, naturalizado americano, foi um dos pioneiros nas pesquisas sobre o autismo em 1943. Kanner descreveu o autismo como um distúrbio do contato afetivo.

Nos estudos de Kanner, ele procurou concluir que as crianças com autismo tendem a buscar tranquilidade afastando-se do meio familiar, com a busca pela solidão sendo uma das principais características identificadas por ele (DONVAM; CAREN, 2017). Kanner registrou e analisou essas informações para entender o impacto nas relações sociais das crianças, que frequentemente preferiam realizar atividades do cotidiano sozinhas. Os traços observados no grupo de crianças estudado por Kanner eram:

Incapacidade para estabelecer relações com as pessoas, um vasto conjunto de atrasos e alterações na aquisição e no uso da linguagem e uma obsessão em

manter o ambiente intacto, acompanhada da tendência a repetir uma sequência limitada de atividades ritualizadas. (ORUÚ, 2012, p. 19).

A afirmação descreve algumas das características centrais associadas ao autismo, destacando aspectos específicos do comportamento e desenvolvimento das pessoas afetadas. Devido a essas características, o autismo começou a ser identificado com maior frequência em crianças, o que gerou uma necessidade crescente de pesquisas para desenvolver meios de diagnóstico mais precisos, até então desconhecidos. À medida que o estudo do tema avançava, as inquietações dos pesquisadores da época aumentavam, até que finalmente chegaram aos resultados e compreensões que temos hoje.

A história do autismo nos oferece uma oportunidade para refletir sobre a realidade atual. É essencial manter um olhar atento e empático em relação aos estudantes autistas, a fim de incentivá-los a desenvolver suas habilidades de interação social e aprendizado de forma contínua.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, vamos apresentar e analisar os resultados dos questionários respondidos pelos professores sobre a inclusão de alunos autistas. Em seguida, vamos examinar as percepções e experiências compartilhadas pelos professores em relação às práticas de inclusão, destacando as principais estratégias adotadas, os desafios enfrentados e as áreas que precisam ser aprimoradas. A análise das respostas oferece uma visão aprofundada da implementação da inclusão na escola e de como isso influencia o desenvolvimento e a interação social dos alunos autistas.

No início do questionário, ao serem indagados sobre a inclusão escolar de estudantes autistas, o Professor 1 declarou que:

A inclusão do estudante autista na escola é importante como qualquer outra criança, a busca pelo conhecimento e socialização é uma luta diária e para a criança ou adolescente autista ela precisa ser ainda maior. E o professor tem que trabalhar com os recursos que tem na escola (Professor 1, 2024).

A resposta do Professor 1 ressalta a importância da inclusão de estudantes autistas na escola, destacando que seu valor é equivalente ao de qualquer outra criança. O professor enfatiza que a busca pelo conhecimento e pela socialização representa uma luta diária

para todos os alunos, mas que, para as crianças e adolescentes autistas, esse desafio pode ser ainda mais acentuado. Além disso, o professor reconhece a necessidade de trabalhar com os recursos disponíveis na escola, sugerindo que, apesar das dificuldades, é crucial adaptar e utilizar os meios à disposição para apoiar o desenvolvimento dos alunos autistas. Essa perspectiva reflete uma compreensão da inclusão como um processo contínuo e desafiador, exigindo dedicação e criatividade por parte dos educadores.

Ainda é importante destacar que o professor 2 fala que a inclusão do aluno autista é:

O que eu percebo é falta de preparo dos professores quando se trata de poder trabalhar em propostas inclusivas, penso que pode ser devido a carga horária trabalho que muitas vezes é cansativa. Não é pelo fato de eles não quererem, acredito que muitos se esforçam, mas não conseguem realizar uma ação inclusiva em suas aulas. (Professor 2, 2024).

A resposta do Professor 2 destaca uma preocupação com a falta de preparo dos professores para implementar propostas inclusivas de forma eficaz. O professor sugere que essa deficiência pode estar relacionada à carga horária exaustiva, que muitas vezes limita a capacidade dos docentes de se dedicarem plenamente à inclusão. Embora o professor reconheça o esforço dos educadores, ele acredita que a falta de formação adequada e o desgaste associado ao trabalho podem impedir a realização efetiva de práticas inclusivas nas aulas. Essa visão aponta para a necessidade de mais suporte e treinamento para os professores, bem como uma possível revisão das condições de trabalho, para melhorar a capacidade de implementar estratégias inclusivas.

Em seguida o professor 3 afirmou que “ A inclusão é necessária, Mas nem sempre efetiva/concreta”

No entanto, Nunes (2011) aponta que alguns professores podem sentir receio ao lidar com crianças que têm algum tipo de deficiência. Muitas vezes a formação dos professores e o tempo que dedicam ao estudo sobre inclusão influenciam como desenvolvem seu trabalho na área da inclusão. A formação inicial dos docentes desempenha um papel crucial na eficácia e na articulação de suas práticas no ambiente escolar.

Embora seja comum que alguns professores enfrentem dificuldades ao trabalhar com alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista, esses educadores são peças fundamentais no contexto escolar. O suporte e a formação contínua são essenciais

para capacitar os professores a enfrentar esses desafios e promover uma inclusão efetiva.

Quando questionados sobre as dificuldades de lecionar para crianças autistas, os professores forneceram respostas diversas. O Professor 1 afirmou: “A dificuldade só existe se não buscarmos formas de superá-la. Sabemos que para cada indivíduo há uma maneira de planejar o conteúdo, e isso não é diferente com uma criança autista.” Em contraste, o Professor 2 comentou: “Sim, devido à imprevisibilidade do comportamento e aos diferentes níveis de conhecimento/estudos.” Por outro lado, o Professor 3 observou: “Sim, o modelo da atual escola brasileira, por si só, já impõe grandes desafios para o sucesso nessa realidade.”

Considerando as respostas dos professores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, em seu artigo 59, capítulo V, estabelece que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I – currículos, métodos, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p. 20).

O Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece diretrizes específicas para assegurar a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essas diretrizes visam garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação adequada e personalizada, promovendo igualdade de oportunidades e inclusão no ambiente escolar.

Além das leis que regulamentam as práticas inclusivas, uma escola verdadeiramente inclusiva depende do compromisso dos profissionais com a qualidade do ensino e com a formação para a cidadania, onde todas as pessoas são respeitadas. Somente com esse compromisso é que poderemos construir uma sociedade melhor para todos. Esse processo começa na escola e é fortalecido pela participação ativa dos familiares, que devem ser parceiros da escola, independentemente de terem ou não filhos com deficiência. A cidadania é uma responsabilidade compartilhada por todos nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel dos professores é essencial para garantir que a inclusão de alunos autistas ocorra efetivamente tanto na teoria quanto na prática. Isso requer empenho, dedicação e, acima de tudo, a capacidade de se colocar no lugar do outro, reconhecendo que todos somos diferentes e que desejamos ser compreendidos e aceitos em nossas particularidades.

A promoção de uma escola inclusiva exige o compromisso e a colaboração de todos os envolvidos no processo educativo. Através da integração de práticas inclusivas no Projeto Político Pedagógico e em outras ações institucionais, é possível criar um ambiente que respeita e valoriza as especificidades de cada aluno.

A reflexão sobre a história do autismo e a compreensão das necessidades individuais permitem um olhar mais atento e empático, essencial para estimular o desenvolvimento social e acadêmico dos estudantes. Assim, a aceitação das diferenças e a comunicação aberta são fundamentais para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam alcançar seu pleno potencial e se sentir parte integrante da comunidade escolar.

As entrevistas com os professores destacaram aspectos cruciais para a inclusão de alunos autistas, revelando tanto desafios quanto oportunidades. O Professor 1 enfatizou a importância de buscar formas de superar dificuldades, destacando que a adaptação é essencial para o sucesso da inclusão. Por outro lado, o Professor 2 apontou que a falta de preparo e a carga horária podem limitar a capacidade de implementar práticas inclusivas, sugerindo que mais formação e suporte são necessários. O Professor 3, por sua vez, identificou o modelo atual da escola como um desafio adicional para a inclusão efetiva. Essas perspectivas reforçam a necessidade de um compromisso coletivo para melhorar a formação dos professores e adaptar o ambiente escolar, de modo a atender melhor as necessidades dos alunos autistas. A reflexão sobre essas opiniões ajuda a entender as áreas que requerem atenção e a criar estratégias mais eficazes para promover uma inclusão verdadeira e significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf 5 de agosto de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf> acesso em 5 de agos de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº 9.394)**. Brasília: 1996. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf acesso em 5 de agos de 2024.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: Psicopedagogia e Práticas Educativas na Escola na Família**. 7 ed. Rio de Janeiro: Wak ed, 2017.

DONVAM, John. CAREN, Zucker. **Outra Sintonia: A história do autismo**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2017.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba Ibplex, 2007.

FACION, J. R.; MATTOS, C. L. G. Exclusão: uma meta categoria nos estudos sobre educação. In: FACION, J. R. (Org.) **Inclusão Escolar e suas implicações**. Curitiba. Editora IBPEX, 2009. p. 45-60.

GIL, Antonio Carlos, -1946 - **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim (Org.). **Diversidade na aprendizagem de pessoas com necessidades especiais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010. Disponível em: http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_divers_na_apren_de_pessoa_s_nec_esp.pdf aceso em 8 de agos de 2024

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NUNES, S. M. **A concepção dos familiares, professores sobre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular.** 2011. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/coloquiointernacional/article/view/1240> acesso em 14 de agosto de 2024

ORRÚ, E. S. **Autismo. Linguagem e educação:** interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23.ed. rev. e atual.

WILLIAMS, Chris. WRIGHT, Barry. **Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger: Estratégias Práticas para Pais e Profissionais.** São Paulo: M Books do Brasil Editora Ltda, 2008.